

Comunicação, Mídia, Espetáculo, Cidadania. As instituições do estado brasileiro em cena¹

Renato de Almeida Vieira e SILVA²
Faculdades Rio Branco e Faculdades Metropolitanas Unidas – SP

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar os recentes processos político-institucionais e comunicacionais ocorridos no Brasil, encabeçados pelos poderes executivo, legislativo e judiciário, que proporcionaram uma exposição midiática sem precedentes na história do País, sobretudo por meio das redes de televisão aberta e por assinatura, com imagens geradas pela rede pública – TV Câmara, TV Senado e TV Justiça - cujos efeitos se fazem sentir nas avaliações críticas da opinião pública, bem como sua amplitude nas relações sociais em cadeia, em razão da diversidade dos meios de divulgação e da relevância desses processos de mediação sobre o campo da participação política e do exercício da cidadania.

Palavras-chave: Televisão. Comunicação Pública. Espetáculo. Convergência Midiática. Cidadania.

Abstract: This article aims to analyze the recent politico-institutional and communicational processes that have taken place in Brazil, headed by the executive, legislative and judiciary powers, which provided an unprecedented media exposure in the country's history, especially through open television and subscription television networks, With images generated by the public network - TV Câmara, TV Senado and TV Justiça - whose effects are felt in the critical evaluations of public opinion, as well as their amplitude in the social relations in chain, due to the diversity of means of dissemination and relevance Of these processes of mediatization on the field of political participation and the exercise of citizenship.

Key words: Television. Public Communication. Spectacle. Media Convergence. Citizenship.

Introdução

“Desde a antiga Grécia até o surgimento da TV, a forma de comunicação tradicional de repasse de informações é feita unidirecionalmente e analogicamente, baseada na emissão de uma mensagem por um emissor, recebida por um público que não é passivo completamente, mas que, tecnologicamente, não pode emitir mensagem. Com a comunicação digital se desenvolve, pela primeira vez na história da humanidade, a alteração desse fluxo comunicativo, com a criação de uma forma de comunicação em rede onde todos os indivíduos são, ao mesmo tempo, emissores e receptores, ou seja, todos nós podemos criar mensagens e distribuí-las em rede. Esta é uma grande revolução dentro do conceito da democracia, pois altera profundamente as relações entre público e instituições e a forma de gerar e redistribuir informações.”

Máximo di Felice

A aparente complexidade de viver em ambientes democráticos, típicos de sociedades abertas na contemporaneidade, exige não apenas o exercício do direito ao

voto, mas igualmente formas midiáticas de informação, compreensão, participação e avaliação das instituições públicas e privadas e, seus agentes, na condução da vida política de um país. Votar não se constitui um fim em si mesmo ou, o único meio de manifestar a cidadania, mas o início de um longo processo deliberativo e de participação, que evolui na construção social. Contribuem para isso os múltiplos canais de acesso a qualquer tipo de informação que influem diretamente na compreensão do jogo democrático e na elucidação de dúvidas sobre condutas e atos onde se mesclam os interesses públicos e privados

Os recentes processos judiciais denominados pejorativamente de “Mensalão” e “Petrolão”, além daquele de ordem parlamentar que culminou no impeachment presidencial, ocorridos em pouco menos de uma década, deram mostras da vitalidade com que as instituições no Brasil buscaram, dentro das normas legais, os caminhos de apreciação e julgamento desses episódios políticos cujos impactos sobre a opinião pública foram evidenciados pela ampla cobertura midiática.

Tal cobertura comunicacional se deu em maior escala pela utilização de multimeios, porém, foi a transmissão direta dos atos judiciais e parlamentares, origi-

nados pelas TVs administradas pelos poderes Judiciário e Legislativo, conhecidas como TV Justiça, TV Senado e TV Câmara, replicadas pelas redes privadas abertas e por assinatura, que aproximaram o grande público das sessões onde foram apresentados, analisados e julgados os processos judiciais e políticos.

Nesse aspecto, a televisão foi o veículo mais importante para a construção direta de pontes entre os cidadãos, que acompanharam o desempenho de seus representantes no parlamento e dos membros da alta corte. Tudo isso transcorreu de forma independente de qualquer juízo de valor sobre o mérito das apreciações, cuja tecnicidade dos diferentes conteúdos não invalidou a grande atenção que lhe foram dispensadas, comprovadas pela aferição das respectivas audiências, que serão melhor detalhadas apresentada em gráficos na sequência.

A expressiva audiência desses eventos transmitidos e comentados pela televisão correspondeu diretamente ao interesse público pelos temas e pela forma usual de obter informação no Brasil, onde a TV ainda tem peso na formação da opinião coletiva. Também não se pode menosprezar o alcance dessas transmissões em rede nacional num país de dimensões continentais, cuja formação socioeducacional ainda

¹ Trabalho apresentado no XV Congresso da Associação de Historiadores da Comunicação, realizado na cidade do Porto, Portugal, que tem como tema central “COMUNICAÇÃO E ESPETÁCULO”

² Doutor em Ciências da Comunicação e professor nas Faculdades Rio Branco e Faculdades Metropolitanas Unidas <http://lattes.cnpq.br/0524756060525155>. email: renato-e@uol.com.br

carece de investimentos em políticas públicas que ampliem o conhecimento e o pleno exercício da cidadania nos mais diferentes campos de interesse.

A produção televisiva, no entanto, permanece sob o fogo cruzado de críticas quanto à velocidade com que mostra suas reportagens e à forma por vezes superficial pela qual trata determinados temas. Entretanto, as transmissões ao vivo, por meios de telejornais, entrevistas e programas especiais, a princípio, resultaram em alguma imparcialidade à medida que as emissões diretas diminuem interferências sobre o que é noticiado. Assim, os telespectadores recebem, quase sem intermediação, as mensagens tal como são formuladas na origem, e, portanto, sujeitas a seus julgamentos e opiniões individuais. Associam-se a esse processo, as formas de comunicação em redes sociais, tornando esse processo muito mais dinâmico e participativo.

O maior benefício desse contato direto com a fonte e o meio gerador das notícias dá-lhe maior legitimidade, pois cabe a cada telespectador exercer sua visão crítica sobre aquilo que recebe, fugindo da concepção debordiana da manipulação de consciências pelo exercício unilateral da geração e transmissão de conteúdos. Na verdade, os julgamentos do STF e as sessões da Câmara e do Senado transcorreram dentro de um ritual próprio de cada instituição, porém, com resultados não tão previsíveis nos julgamentos, discussões, pareceres e opiniões dos membros daquelas instituições do estado brasileiro. Destaco, contudo, que as duas casas do poder Legislativo são as mais susceptíveis às pressões da opinião pública face ao seu caráter de representantes eleitos pelo voto popular. Esse fato apresenta menor influência no ambiente do judiciário, a não ser em decisões de grande repercussão sobre o conjunto da sociedade, entre os quais podemos citar recentemente as uniões homoafetivos e o aborto de anencéfalos.

A questão da esfera pública desempenha um papel significativo no modelo democrático de representação e de justiça no contexto da sociedade brasileira, à medida que os processos argumentativos entre os indivíduos, parlamentares e magistrados são expostos publicamente, bem como as suas razões, opiniões, julgamentos e argumentos dos demais colegas, a fim de alcançarem, ao final, uma decisão coletiva, consensual ou não. Os votos são, assim, a contabilidade da expressão de cada membro que no seu conjunto decidem questões que interessam à coletividade.

Porém, o que torna esse processo diferente no caso brasileiro, no comparativo com outros países, é a intensa midiaticização de alguns de seus atos e sessões que, ao ganharem a publicidade tornam-se objeto de interesse da sociedade a par-

tir das transmissões televisivas abertas. A audiência, especialmente pelos telejornais, toma conhecimento de sua evolução e desdobramentos tornando a televisão um veículo-ponte entre as instituições e a população em geral a qual aproxima os personagens institucionais do grande público.

Vale destacar que as transmissões da TV pública, aqui representadas pelas TV Justiça, TV Senado e TV Câmara, não fazem parte da programação oficial das redes privadas abertas, reduzindo sua participação entre as TVs por assinatura, cujo público é mais reduzido. No entanto, os conteúdos gerados por aquelas emissoras ganham espaço e destaque quando os temas abordados obtêm relevância no conjunto da sociedade. Nesse caso, o espaço na programação se amplia para esses temas em função da própria audiência gerada, especialmente, em momentos nos quais as decisões são proferidas.

A seguir analisaremos o papel da televisão como indutor e motivador de análise, reflexão e opinião dentro do contexto de uma cultura de massa, complexa, difusa que representa a contemporaneidade num país com as características do Brasil.

O papel da televisão na disseminação da informação no Brasil

É evidente o crescimento das novas formas de comunicação, entre eles, os aparelhos celulares e a internet entre os mais diferentes segmentos da população, especialmente, entre os mais jovens que são mais receptivos às novas tecnologias surgidas nos últimos anos. No entanto, no Brasil, a televisão ainda se mantém como o meio mais presente no cotidiano das pessoas. Aqui, a mídia televisiva é o meio de comunicação que tem maior repercussão e alcance entre a população. Apesar de recentes dados informando sobre redução na audiência, 89,3% da população brasileira ainda utiliza a televisão como fonte principal de informação e entretenimento.

A televisão historicamente se disseminou como meio de comunicação no Brasil a partir da segunda metade da década de 50, tomando parcelas progressivas de audiência do rádio que foi o mais importante veículo desde os anos 30. Três grandes redes de TV disputam a preferência do público, com quase 80% da audiência, tendo presença em todo território nacional. A programação se mescla entre o jornalismo, ficção, entretenimento, capazes de influenciar a cultura, política e opinião pública do País. Iniciou-se assim uma trajetória de alcance, sucesso e construção de uma cultura de massa sem precedentes na história recente do País cujos efeitos se fazem sentir até hoje mesmo com a ascensão de novas tecnologias e mídia.

Os telejornais, por sua vez, tornam-se referência sobre a vida político-institu-

cional, mesmo ressalvados os posicionamentos de cada grupo de emissoras em relação a temas dessa natureza, frequentemente questionados em razão da não isenção ou imparcialidade no tratamento de opiniões, comentários e conteúdos. A ampla audiência de alguns deles leva milhões de brasileiros a torná-los o principal veículo de informação e referência, importância essa ampliada pelas transmissões nacionais, em um país de grande extensão territorial. Esse fator integrador e catalisador faz com que muitos brasileiros construam referências em comum e esse alcance das emissoras, especialmente, as de maior audiência, contribuiu para a formação da cultura de massa no Brasil, com a população compartilhando expressões, costumes, gostos, preferências, opiniões e comportamentos, associados também à teledramaturgia, cujo requinte de produção e popularidade tornaram essa formatação muito rentável para as emissoras.

Para Jesús Martín-Barbero, “a televisão terminou por se constituir ator decisivo das mudanças políticas, protagonista das novas maneiras de fazer política”, fazendo alusão ao papel da televisão na composição do poder. Para Norberto Bobbio, o poder representa “a capacidade de um sujeito influir, condicionar e determinar o comportamento de outro indivíduo”, e ele se constrói através do poder econômico, político e ideológico. Portanto, o uso da palavra e da transmissão de símbolos, ideias e visão de mundo, ganha especial destaque através dos meios de comunicação. Quando destacamos o papel específico da TV, ela se torna ainda mais importante por seu alcance e diversidade da programação, tanto como mídia quanto pela possibilidade de construir a realidade por meio da representação, o que faz com que seus telejornais construam uma versão da própria política e dos políticos, bem como da justiça, compartilhando o espaço e audiência com os demais programas de entretenimento e telenovelas, que fazem parte do simulacro da realidade e do dia a dia do País. Daí a importância desses programas na formação de opiniões e formas de ver e pensar coletivas.

A pesquisa realizada pela SECOM – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, em 2016, indica que a TV é o meio de comunicação mais acessado pelos entrevistados, sendo mencionada pela quase totalidade da amostra. Pouco mais de três quartos dos entrevistados assistem TV todos os dias da semana. O acesso é mais frequente entre segunda e sexta-feira, e o tempo médio de acesso supera as três horas diárias. As emissoras da TV aberta são as mais assistidas, principalmente, a Rede Globo.

Aproximadamente dois em cada três entrevistados afirmam ouvir rádio, sendo metade destes o faz todos os dias. A prin-

principal forma de acesso é por aparelhos de rádio tradicionais. Ouve-se rádio mais entre segunda e sexta-feira, sendo que a média de tempo do acesso diário é próxima de três horas. Por volta de um em cada três respondentes afirma ler jornal. Destes, dois em cada três leem mais a versão impressa; cerca da metade destes adquire em bancas. O acesso a esse meio de comunicação é mais costumeiro entre segunda e sexta-feira; por sua vez, o tempo diário de acesso é de, aproximadamente, uma hora e dez minutos.

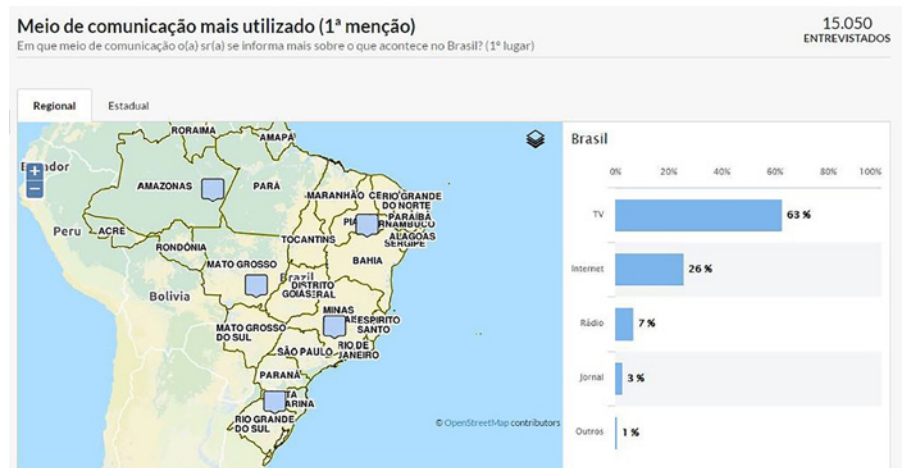
Cerca de um em cada quatro entrevistados dizem ler revistas. A versão impressa é a mais acessada, sendo que entre esses, aproximadamente, quatro em cada dez adquirem em bancas. O costume do acesso a esse meio é um pouco mais preponderante entre segunda e sexta-feira. Tanto durante a semana, quanto aos sábados e domingos, a média é de cerca de uma hora e dez minutos dispensados diariamente na leitura de revistas.

Entre os entrevistados, aproximadamente, dois em cada três acessam a internet; o ambiente domiciliar é predominante entre os locais de maior uso. O telefone celular supera e muito o computador como o dispositivo mais utilizado no acesso à internet e algo em torno de três em cada dez respondentes que utilizam a internet declaram utilizar somente um dispositivo para tal atividade. O tempo médio de acesso diário, considerando tanto o meio de semana quanto o final de semana, fica um pouco acima das quatro horas e trinta minutos.

Também foi avaliado, no presente estudo, o grau de confiança nas notícias que circulam nos diferentes meios de comunicação: mais da metade dos entrevistados que assistem TV confiam sempre ou muitas vezes nas notícias veiculadas por esse meio. É possível observar que quase seis em cada dez ouvintes de rádio confiam sempre ou quase sempre nas notícias divulgadas por essa mídia, proporção semelhante entre os leitores de jornais. Por volta de quatro em cada dez leitores confiam sempre ou muitas vezes nas notícias veiculadas nas revistas. Por sua vez, a maioria dos usuários de internet confia poucas vezes ou nunca confia nas notícias de sites, de blogs e de redes sociais.

Podemos concluir nessa etapa que a televisão exerce papel preponderante na construção de opiniões no Brasil, estimuladas e ampliadas pelas plataformas de acesso dessa geração de conteúdos em diferentes meios, como parte da dinâmica de mobilidade e acessibilidade tecnológica de cada usuário. Esses fatos ampliam o seu alcance, tornando os processos interpretativos mais próximos de largos segmentos da população e, portanto, com maior questionamento sobre as grandes decisões nacionais. É o que detalharemos na sequência.

Gráfico 1:



Fonte: Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 - SECOM – Secretaria de Comunicação da Presidência da República

Comunicação e processos participativos

Os processos democráticos modernos tornaram-se mais complexos em razão de as opiniões e decisões movimentarem-se em meio a milhões de informações e imagens. Essa fluidez, sem paralelo na história do mundo, alcança aquilo que Bauman denomina, dentro do conceito de modernidade líquida, de supremacia da imagem na comunicação de massa, tendo na comunicação midiática o seu vértice. Sob esses aspectos, não se compreende apenas os cidadãos como indivíduos puramente dominados e submissos ao poder da mídia, já que tanto se aproximam quanto se afastam de determinadas posições e decisões, manifestando publicamente ou, por meio das redes sociais, as suas aspirações e desejos. Assim, a política e a justiça midiáticas promovem o lado visível e deliberativo dessas instituições e com importante participação nas relações sociais no contexto de uma sociedade democrática.

“Apesar do inestimável apelo moral que o modelo de democracia direta e participativa suscita, ele dificilmente consegue resolver os dilemas da política democrática da idade moderna. Tal modelo prevê certas condições sociais e simbólicas que raramente se verificam nas circunstâncias em que são tomadas as decisões hoje. Ele implica primeiro um local compartilhado no qual os indivíduos possam se reunir para discutir temas de interesse comum. Segundo, ele estabelece certa igualdade social entre os participantes. Terceiro, ele preconiza um processo de diálogo através do qual os indivíduos sejam capazes de expressar seus pontos de vista, questionar os dos outros, argumentar e chegar a um juízo formado discursivamente.

Em resumo, esse modelo torna-se um processo de comunicação dialógica entre indivíduos de condições sociais mais ou menos iguais que se reúnem para formar através da argumentação e do debate, uma vontade coletiva. (THOMPSON, 1999, p .220)”

Os temas tratados nos dois ambientes do Legislativo e no do Judiciário, amplamente divulgados pelas televisões abertas e por assinatura, com imagens geradas pelas próprias instituições gestoras, tornam essas transmissões mais isentas e sem filtros, pela ausência de intérpretes na transmissão, submetidos à própria audiência. Ao mesmo tempo ampliam o interesse coletivo, transformando os espaços da comunicação pública mais relevantes para a construção e solidificação dos processos democráticos em um país como o Brasil, cujas desigualdades ainda são relevantes e também por apresentar carências na formação educacional de amplos setores da sociedade. O alcance das transmissões televisivas preenche de alguma forma parte dessas lacunas já que, independente do tecnicismo retórico existente na linguagem nos pronunciamentos do legislativo e do judiciário, os conteúdos são complementados por comentários de jornalistas que “traduzem” o linguajar peculiar de cada casa, tornando-os mais palatáveis e compreensíveis.

Os telespectadores por sua vez contribuem igualmente com suas próprias vivências para elucidar e se posicionar diante dos temas apresentados, que podem, ou não, estar diretamente ligados às suas vidas e influenciar seus destinos, o que poderá contribuir para a construção de opiniões acerca desses discursos e decisões. O caráter individual dessa compreensão é fundamentado pelo uso do livre arbítrio e, não, pela manipulação de uma ou outra corrente de opinião, processo pelo qual as mensagens não são

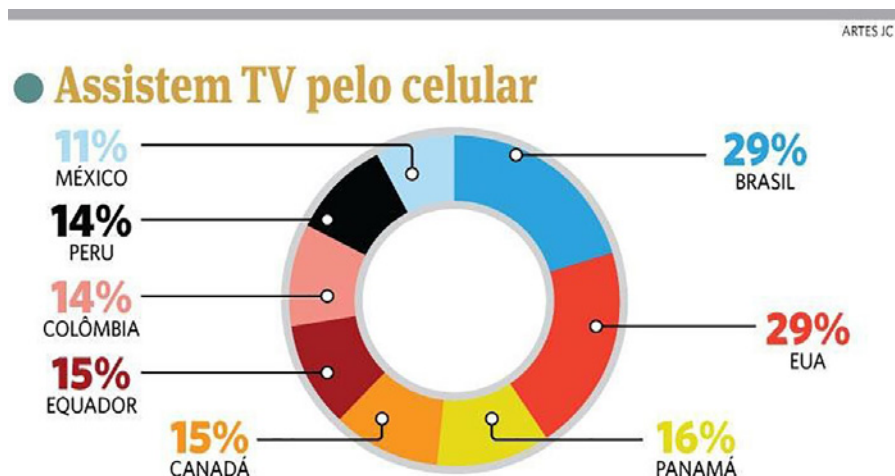
absorvidas com passividade e aceitação, independente do segmento social e condição econômica ao qual pertença o telespectador. Daí as pesquisas de opinião realizadas após exibição de uma grande sessão legislativa ou julgamento apontarem para opiniões divergentes e repercutirem na opinião pública com ampla cobertura dos meios de comunicação. Esses indicadores de opinião traduzem o sentimento médio da sociedade e podem influenciar na tomada de decisão

É lógico que tensionamentos são esperados nesses processos oficiais pela própria compreensão das partes em relação aos temas tratados, cujas decisões e deliberações podem contrariar formas de ver e pensar de indivíduos e grupos. Essa realidade amplia o debate em torno das questões de interesse público cuja repercussão poderá se potencializar ao tomar os espaços midiáticos e estimular polaridades e posicionamentos junto ao público. É possível que graças a essa característica, o processo deliberativo, com suas alçadas de decisão, torne mais legítimo o reconhecimento de que as instituições do Estado estão em pleno funcionamento pelo fato de tomarem decisões coletivas ou por maioria de voto, afastando de alguma forma, ao menos no universo simbólico, a percepção de desequilíbrio e iniquidade.

A importância da publicidade, aqui compreendida pela forma de tornar conhecidos e acessíveis os temas de interesse público gerados pelos sistemas público e privado de comunicação televisiva, proporciona a compreensão, em diferentes níveis, da construção de opiniões e versões. Sua credibilidade está, a nosso ver, muito ligada à visibilidade e alcance dos meios disponíveis do que apenas às correntes de opinião expressas pelos comentários independentes. Assim, a comunicação pública com baixa influência do controle oficial direto na produção de seus conteúdos funciona como aproximação entre os centros de deliberação e decisão dos amplos segmentos da sociedade. Esse, por sua vez, podem acompanhar a evolução de temas de seu interesse e manifestar, por meio das redes sociais e outras formas de emissão de opinião, suas posições favoráveis ou não àquilo que esteja em discussão e, portanto, podem influenciar de alguma maneira nos processos de decisão.

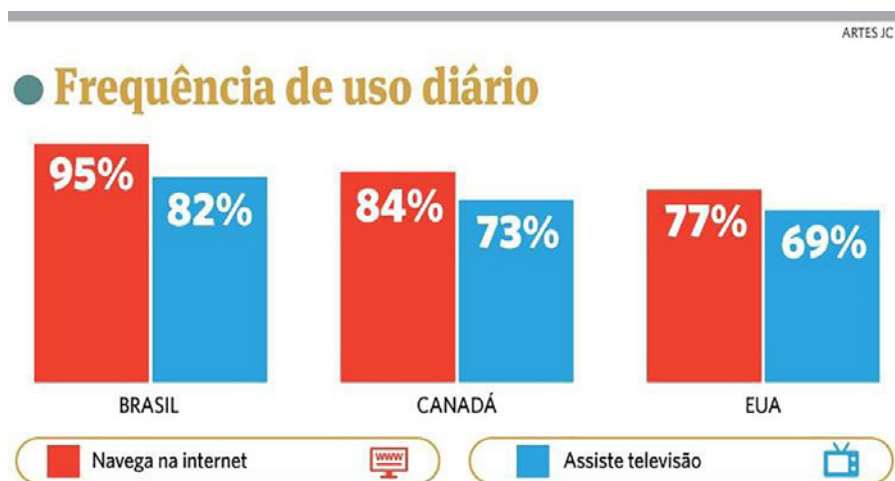
A convergência entre os mais diferentes meios e plataformas, associados à democratização dos acessos, sugere igualmente aumento na intensidade de trocas informacionais em larga escala. O gráfico 1 demonstra pesquisa realizada pelo IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, indica que 29% dos brasileiros assistem à televisão utilizando seus celulares, índice esse que supera alguns mercados mais desenvolvidos. Por outro lado, posiciona que a TV e a internet

Gráfico 2:



Fonte: pesquisas do IBOPE Inteligência – realizadas em agosto/2016

Gráfico 3:



Fonte: pesquisas do IBOPE Inteligência – realizadas em agosto/2016

são meios complementares, onde 72% de seus usuários buscam, nessa última, informações de algo que viram na televisão. O caráter de livre escolha nesses casos prevalece, pelo qual os usuários dispõem de facilidade de acesso escolhendo o momento em que desejam assistir os programas e, não, por imposição de horários rígidos.

Observa-se no gráfico 2, igualmente, uma frequência de uso diário daqueles que assistem à TV pelo celular, cuja participação e audiência no Brasil também são destaque em relação aos demais países pesquisados cujas condições socioeconômicas são bem mais elevadas que as do Brasil. Logo, abrem-se janelas comunicacionais na contemporaneidade sobre o relevante papel da televisão na formação da cidadania e da democracia por meio da convergência dos meios como motivador do conhecimento, do debate e da reflexão.

A importância das redes públicas de comunicação

A comunicação pública ganha especial destaque por não ter a sua programação vinculada aos aspectos mercadológicos

e publicitários, podendo exibir de forma ininterrupta aquilo que se propõe a fazer, ou seja, informar e levar conhecimento à sua audiência. Nesse aspecto as TVs Câmara, Senado e do Judiciário permitem o contato direto dos espectadores com os discursos elaborados nos respectivos ambientes das casas, cujas formulações são realizadas por diferentes atores, os quais se mostram em suas performances e argumentos.

Essas formulações, por sua vez, ganham ou não credibilidade no âmbito político e jurídico de acordo com a exposição dos argumentos e sustentação de cada parte, os quais por sua vez são avaliados por quem os assistem. Dá-se então a repercussão pública dos temas e debates que constituem por si mesmos a prática do exercício participativo e da publicidade, que são essenciais ao estado democrático e produz vitalidade para a formação de relações sociais pautadas pelo exercício do estado de direito.

A abordagem de temática variada de interesse público faz da integração dos sistemas de comunicação públicos e privados uma complexa teia de informação

que perpassa interesses específicos de cada lado e cuja extensão resvala aos mais variados segmentos e territórios, por conta das transmissões em rede, quando o assunto ou tema assim exige.

“Em geral, onde a democracia está, a comunicação pública também está”, afirma Sally-Ann Wilson, presidente executiva da Public Media Alliance (PMA), maior entidade representativa desse tipo de organização midiática no mundo. A PMA congrega 104 emissoras de rádio e TV de 54 países e atua pela manutenção da autonomia e independência dos veículos em casos de tentativas de interferência. Mesmo em países em que a comunicação pública é realmente bem-sucedida, há uma tensão constante para manter esse equilíbrio no que diz respeito às leis de meios e regulamentações.

A comunicação pública é complementar à comunicação privada e apresenta, entre seus objetivos fundamentais, o papel de informar, especialmente, temas de interesse público, colaborando de forma próxima para repercutir seus conteúdos sem o controle direto de seus produtores. Essa interação torna-se importante e estratégica para a formação de opiniões, independente do grau de informação dos diferentes públicos, já que propicia uma porta de entrada a uma participação mais ativa dos indivíduos. Ou, como destaca Dominique Wolton, os receptores continuam livres e críticos em relação ao grande volume de informação que recebem, pois utilizam de sua inteligência e experiência nessa interação e não apenas ficam restritos à sua formação educacional.

Forma-se assim o círculo virtuoso da cadeia informativa onde o público e o privado são parte fundamental do processo comunicacional cidadão, o qual contribui, por sua vez, para a formação e participação democráticas amplas no contexto de sociedades abertas como a brasileira, à medida que se amplia a integração de outros meios de comunicação dentro do conceito de convergência e expansão que são características desse início do século XXI.

A convergência dos meios de comunicação na democracia e seu papel mobilizador social

A tecnologia trouxe mudanças relevantes para o jornalismo e as instituições sociais que fazem parte da complexa teia de interações no conjunto das sociedades. Tal como destaca Pavlik, “o jornalismo desempenhou historicamente um papel central nos EUA e em outras democracias, servindo como fonte principal das notícias e informações para os cidadãos sobre assuntos de importância pública.” O resultado prático dessa influência se faz notar nas implicações e mudanças para a democracia sobre a qual a forma de jornalismo dinâmico produz cidadãos mais participantes e mais bem informa-

dos na arena política. A tecnologia digital, por sua vez, vem de encontro a essa multiplicidade de informação cujos impactos sobre os processos democráticos e deliberativos são profundos.

Por outro lado, é flagrante que as mudanças tecnológicas vêm desempenhando um importante papel disruptivo nas estruturas tradicionais e consolidadas das sociedades, onde efeitos se fazem notar sobre o comportamento coletivo. Ou seja, os padrões não se mantêm por muito tempo, tornando-se fluidos e maleáveis, como sugere Bauman. Deve-se destacar nesse aspecto que a democratização do acesso a diferentes tecnologias torna mais rápida a difusão de ideias sobre uma legião de indivíduos que é ao mesmo tempo receptora, produtora e disseminadora de informações e conteúdos que variam de acordo com os interesses plurais dessa enorme massa comunicante.

Contudo, é no ambiente sociopolítico efervescente que os meios de comunicação difusos se tornam indispensáveis disseminadores de propostas de mudanças no exercício democrático navegando, como enuncia Bauman, entre “o que deixou de ser e o que virá a ser”. Passamos assim por um estado de adaptação, onde não temos um mundo novo, mas um novo mundo em transformação, que gera incertezas enquanto dura o processo evolutivo, porém, disfuncional que caracteriza o período. Tradição e disrupção andam juntas no caminho dessa nova construção.

Mesmo que tenhamos multimeios em convergência, representados pela televisão, dispositivos móveis, Facebook, Twitter, Whatsapp, entre outros, interagindo no processo mobilizador, é importante destacar que o papel participativo cidadão se dá em diferentes estágios, intercalando níveis de engajamento, que vão da mobilização ao ativismo. Sobre esse processo, Silva destaca a necessidade de identificação desses níveis, que resultam em práticas diferenciadas entre si. Para o autor existem três formas básicas de engajamento, que são a aderência, a mobilização e o ativismo. A aderência diz respeito à forma básica de envolvimento online caracterizada pelo endosso, compartilhamento ou apoio do indivíduo a determinado tema ou causa, havendo nesse caso um baixo nível de comprometimento sobrepondo-se a identificação com o tema em destaque. Quando predomina a mobilização, registra-se um nível mediano de envolvimento na utilização de multimeios, ocorrendo quando indivíduos aderem a uma determinada causa endossando-a, repercutindo-a, agindo como um elemento disseminador em sua rede de contatos. Por fim, na ocorrência do ativismo, prevê-se um nível superior de envolvimento, pelo qual o indivíduo concentra forças e age sistematicamente

em prol de uma causa, formulando, disseminando e criando estratégias para mobilização e aderência para que o tema ganhe em visibilidade e repercuta em efeitos concretos na realidade.

Nota-se, entretanto, que mesmo ocorrendo alinhamentos entre os três níveis de participação, eles não se dariam de forma mais efetiva se não ocorressem elementos catalizadores conjunturais e mobilizadores na sociedade brasileira a fim de gerar as reações e manifestações em razão dos relevantes fatos políticos e jurídicos que tomaram conta do País nos últimos dez anos e que já foram destacados anteriormente. Essa relação de causa e efeito permeadas pelos fatos, repercutidos pelos meios de comunicação convergentes e as reações sociais deles resultantes, só reforça a tese de que independente do grau de instrução e informação dos indivíduos existe juízo de valor sobre os acontecimentos, o que gera reações e movimentos de apoio ou contrários ao status quo dessas relações. Logo, o caráter difuso dos meios não é um impeditivo à compreensão da realidade, mas um incentivo à participação cidadã e à evolução do processo democrático.

Últimas considerações

A mídia social desempenha um papel de destaque na eclosão de movimentos sociais e protestos políticos, onde indivíduos conectados em massa praticam atos em defesa de sua participação cidadã com objetivos por vezes difusos, mas não indiferentes ao que se passa a seu redor, tornando todo esse processo dinâmico e gerador de decisões importantes para os destinos de uma nação e para a consolidação democrática.

O Brasil não fica, assim, distante de outras regiões do mundo onde os movimentos sociais tornaram-se comuns para manifestar insatisfações sobre temas específicos sobre os quais são exigidas mudanças. A popularidade, alcance e audiência das transmissões televisivas públicas, ampliadas por suas mais diferentes formas de recepção, tornaram-se elementos fundamentais para a construção do processo democrático na contemporaneidade, influenciando tanto em processos deliberativos quanto em decisões judiciais, já que o clamor das ruas não passa despercebido das estruturas oficiais de poder.

É, portanto, indispensável que haja continuidade dessa construção midiática na esfera pública, de modo que represente crescimento nos próprios conceitos de participação cidadã até hoje vigentes e que signifique a revitalização do debate da participação pública na tomada de decisões, rompendo com o dogma da aparente passividade de uma sociedade constituída de indivíduos meramente receptivos.

REFERÊNCIAS:

ANSINA, M (2009) A Construção da Notícia. Petrópolis > Ed. Vozes BAUMAN, Z (2011) Modernidade Líquida. Rio de Janeiro. Zahar

CASTELLS, M (1999) A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra
DAYAN, D (1999). A História em Directo. Coimbra: Monerva.

DI FELICE, M (2017) "Democracia direta é tecnologicamente possível" - Entrevista. <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=502ENO002> – acesso em 15/05/2017

DUARTE, J (2007) Comunicação Pública – estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas

JENKIS, H (2009) Cultura da Convergência. São Paulo: Aleph

MARTÍN-BARBERO, J; REY, G (2001). Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. São Paulo: SENAC

MARTIN- BARBERO, J (2009) Dos Meios à Mediação. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, PAVLIK, John V (2011) A tecnologia digital e o jornalismo: As implicações para a Democracia. Brazilian Journalism Research.

PORTO, M (2007) Televisão e Política no Brasil. Rio de Janeiro: E-papers

SILVA, Renato A V (2011) Os Ideais de Igualdade, Fraternidade e Liberdade na Prática Democrática: entre Rousseau e

Habermas – Revista Lumen et Virtus – Vol. II – nº 4 .

SILVA, Sivaldo P (2009) Democracia online: pressupostos teóricos e inovações estruturais na comunicação do Estado contemporâneo. Texto apresentado no III Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólitica). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Outras fontes de consulta

Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 - SECOM – Secretaria de Comunicação da Presidência da República - file:///C:/Users/reonato%20vieira/Downloads/Pesquisa%20Brasileira%20de%20Mídia%20-%20PBM%202016.pdf – acesso em 16/05/2017

A internet no Brasil - <http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/tv-e-o-meio-preferido-por-63-dos-brasileiros-para-se-informar-e-internet-por-26-diz-pesquisa.shtml> - acesso em 16/05/2017

Pesquisa sobre a internet no Brasil - <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/ibge-celular-se-consolidou-como-o-principal-meio-de-acesso-internet-no-brasil> - acesso em 20/05/2017

Pesquisa IBOPE - <http://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jcnegocios/2016/08/16/pesquisa-do-ibope-inteligencia-revela-espetacular-mercado-para-a-internet-como-plataforma-de-tv-no-brasil/> - acesso em 20/05/2017

Opinião pública e o congresso nacional <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/221280/000664839.pdf?sequence=1> – acesso em 10/05/2017